

## A HISTÓRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DE MARIA MONTESSORI PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

*MARIA MONTESSORI'S HISTORY AND CONTRIBUTIONS TO SPECIAL EDUCATION FROM THE INCLUSIVE PERSPECTIVE*

Heloisa Fonseca Barbosa<sup>1</sup>  
Maiara Fonseca de Alencar Barbosa<sup>2</sup>  
Robéria Vieira Bareto Gomes<sup>3</sup>

### RESUMO

Esse estudo objetivou analisar as contribuições de Maria Montessori para a evolução dos estudos na área da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Na elaboração desta tessitura textual utilizaram-se informações da vida pessoal e profissional da referida autora. A metodologia utilizada trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, com o uso da pesquisa bibliográfica por meio de autores como Montessori (1943), Kramer (1976), Mantoan (2003), Perrenoud (2001), Lustosa (2017) e Saviani (2019). Os dados obtidos evidenciaram que embora a própria Montessori tenha proposto no início da sua carreira pedagógica a separação escolar entre crianças “anormais” e “regulares”, é possível identificar um potencial para a inclusão em seu método, visto que ele foi inicialmente elaborado para favorecer o processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças com deficiência. Ademais, para um professor montessoriano, lidar com as particularidades de alunos com deficiência, transtornos e /ou dificuldades de aprendizagem é parte do processo de lidar com as particularidades de cada aluno. O aluno não precisa ser excluído pela sua diferença quando se considera que todos os alunos são diferentes. Diante disso, evidencia-se a importância dos profissionais da educação absorverem de forma reflexiva o legado de Maria Montessori, acerca dos processos de aprendizagem das pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Montessori; Inclusão; Educação Especial.

### ABSTRACT

This study aimed to analyze Maria Montessori's contributions to the development of studies in the area of Special Education from an inclusive perspective. Information about the personal and professional life of Montessori was used for this article. The methodology is qualitative, descriptive research, with the use of bibliographic research through authors such as Montessori (1943), Kramer (1976), Mantoan (2003), Perrenoud (2001), Lustosa (2017) and Saviani (2019). The data obtained showed that, although Montessori herself proposed at the beginning of her pedagogical career the school separation between “abnormal” and “regular” children, it is possible to identify a potential for inclusion in her method, since it was initially designed to favor the learning process of children with disabilities. Furthermore, for a Montessori teacher, dealing with the particularities of students with disabilities, disorders and/or learning difficulties is part of the process of dealing with the particularities of every student. The student doesn't need to be excluded for their difference when all students are considered different in their own way. In view of this, it is evident the importance of professionals

---

<sup>1</sup> Especialista em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e em Gestão de Projetos pela Escola Conquer. Pedagoga pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com distinção acadêmica Summa Cum Laude. Pesquisadora na área de Educação atuando, principalmente, nos seguintes temas: Políticas Educacionais; Formação de professores; Tecnologias Educacionais; EAD; Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e Transtorno do Espectro Autista (TEA). E-mail: [heloisa.fonseca@hotmail.com](mailto:heloisa.fonseca@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Ceará. E-mail: [trabalhoseescrever@yahoo.com.br](mailto:trabalhoseescrever@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Ceará. E-mail: [aee.roberia@gmail.com](mailto:aee.roberia@gmail.com)

in the field of Education to reflectively absorb the legacy of Maria Montessori, regarding the learning processes of people with disabilities.

**Keywords:** Montessori; Inclusion; Special Education.

## 1. INTRODUÇÃO

Historicamente, as instituições de educação básica e de ensino superior foram ambientes de diferenciação dos estudantes em função de gênero e de características intelectuais, físicas, sociais, culturais, bem como linguísticas (Mantoan, 2003; Perrenoud, 2001). Nesse sentido, profissionais da área do Direito, Saúde e Educação, por muito tempo, consideraram as diferenças um fator negativo que resultava na evasão e no “fracasso” escolar dos alunos. Esse aspecto ocasionou a restrição legal de acesso aos conhecimentos sistematizados difundidos em ambientes educacionais regulares para considerável parcela populacional.

Nessa conjuntura, as mulheres possuíam direitos educacionais, sociais e políticos limitados. Em muitos países da Europa, elas não podiam apresentar evidências em um tribunal sem a presença de seus maridos, a quem as suas propriedades pertenciam, e não podiam votar. Na Itália, era considerado impróprio que mulheres, mesmo na meia-idade, andassem na rua desacompanhadas. Naturalmente, em uma sociedade na qual tanto controle era exercido sobre elas, houve limitação no seu acesso à educação, especialmente no nível superior e, sobretudo, em cursos científicos. Ao longo da história, diferentes teorias foram apresentadas para justificar essa exclusão. De acordo com Schiebinger (1989, p.2):

No século dezessete, a filósofa natural inglesa Margaret Cavendish falou por muitos quando escreveu que os cérebros das mulheres são simplesmente ‘macios’ e ‘frios’ demais para sustentar o pensamento rigoroso. O alegado defeito na mente das mulheres mudou ao longo do tempo: no fim do século dezoito, a cavidade craniana feminina era presumida pequena demais para suportar cérebros poderosos; no fim do século dezenove, era dito que o exercício do cérebro das mulheres encolhia seus ovários.

Nesse cenário de exclusão das mulheres no meio escolar e acadêmico, Maria Montessori (1870-1952), em 1896, tornou-se a primeira mulher a se formar em Medicina na Itália. Além desse grande feito histórico, a pesquisadora dedicou décadas de sua vida ao estudo científico e empírico de outra parcela populacional que era, consideravelmente, negligenciada das políticas públicas educacionais em seu país: as pessoas com deficiência, surdas e neurodiversas.

No período histórico em que Montessori iniciou o desenvolvimento de seus estudos, pesquisadores e profissionais da área da Saúde e da Educação, em sua maioria, defendiam que sujeitos pertencentes a esse público jamais fossem capazes de desenvolver habilidades e compreender conteúdos apresentados em escolas regulares, conseqüentemente eles eram tidos como improdutivos e dispensáveis na organização da vida social (Kramer, 1976). Em função dessa compreensão, era comum que pessoas com deficiência, surdas e neurodiversas fossem institucionalizadas em ambientes hospitalares que as isolavam do convívio social e, muitas vezes, permaneciam nelas até o seu óbito, sem nenhum tipo de estímulo sociocognitivo.

Montessori, contrariando o entendimento majoritário de sua época, defendeu de forma pioneira que o problema das crianças com deficiência que não desenvolviam habilidades sociocognitivas era de ordem pedagógica e não médica. Nessa conjuntura, a autora lutou pelo direito de todas as crianças terem a oportunidade de aprendizagem (Lustosa, 2017).

Dessa forma, a presente pesquisa objetivou analisar as contribuições de Maria Montessori para a evolução dos estudos na área da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Para tanto, sua vida pessoal e profissional foram focos desta tessitura textual.

O artigo divide-se nesta introdução, nos caminhos metodológicos da pesquisa, na discussão sobre a vida pessoal, profissional e o legado deixado por Maria Montessori para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, nas considerações finais e nas referências que nortearam a pesquisa.

## **2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

A presente pesquisa insere-se em uma abordagem de caráter qualitativo, realizada por meio de revisão bibliográfica da literatura científica acerca da evolução histórica do conceito de infância, da gênese da educação especial e dos estudos pioneiros sobre essa temática, com enfoque na autora Maria Montessori. Para Gil (2002, p.45): “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de ela permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Em consonância com esse entendimento, Yin (2016) aduz que a revisão bibliográfica contribui, de forma significativa, para que o estudo do tema proposto seja realizado com profundidade, sendo essa parte basilar para identificar o que já foi produzido em âmbito acadêmico e quais são as

lacunas ainda existentes acerca do tema. Dessa forma, de acordo com a autora, é possível avançar no processo de construção do conhecimento.

Com base nas características e adequações aos interesses desta pesquisa, considerou-se a pesquisa bibliográfica como a abordagem metodológica mais apropriada para tratar de forma ampla, atualizada e consistente o objetivo temático proposto neste estudo.

### **3. Maria Montessori: vida pessoal, profissional e legado na Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**

Na Europa, durante a Idade Média, não existia a concepção, existente hoje, de infância como uma etapa do desenvolvimento humano com suas próprias características e especificidades, uma vez que não se concebia a infância uma fase diferenciada da vida. Em função disso, a sociedade da época tratava as crianças como adultos em miniatura. Conforme Ariès (1981, p.156-157): “[...] assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante da sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes”.

A partir do século dezesseis, com o advento da Modernidade, o conceito de infância, assim como o de família nuclear, é desenvolvido e passa a ser idealizado pela aristocracia e alta burguesia, particularmente durante o século dezoito, com o Romantismo<sup>4</sup>. Todavia, na prática, a maioria da população infantil na Europa ainda estava sujeita à exploração e ao descaso da sociedade.

No século dezenove, crianças de baixa renda continuavam tendo que trabalhar em fábricas e minas de carvão, muitas vezes sem terem a oportunidade de irem para a escola, e crianças com deficiência, surdas ou neurodiversas eram frequentemente abandonadas em asilos, onde elas não recebiam estímulos sociais, físicos e cognitivos.

No entanto, no final do século dezenove, a educação formal de crianças passou por grandes transformações. Parte disso, por conta de antropólogos como Cesare Lombroso e Guiseppe Sergi, os quais propuseram que a solução para o problema da criminalidade seria identificar potenciais criminosos quando ainda crianças e dar a eles as condições de formação humana necessárias para impedir que se tornassem delinquentes quando adultos (O’Donnel, 2007; Kramer, 1976).

---

<sup>4</sup> Movimento artístico originado no século XVIII, na Alemanha. Parte dele era voltado ao estabelecimento dos ideais da família burguesa, com idealizações dos seus personagens, do casamento como instituição social e do conceito de uma família nuclear, na qual o pai é o provedor e a mãe é a responsável em administrar a casa e os filhos.

Essa percepção promoveu a ideia de que a educação, por ser uma ferramenta para a construção de uma sociedade melhor, deveria ser acessível para crianças que não estivessem nas altas camadas da sociedade (Saviani, 2019). Maria Montessori, também nascida no século dezenove, não apenas concordou com esse princípio, como incluiu nele crianças com deficiências, surdas e/ou neurodiversas, deixando um legado importante para a inclusão escolar.

Maria Montessori nasceu em 31 de agosto de 1870 na província de Ancona, na Itália. Ela era a única filha de Renilde Stopani, uma mulher inteligente e ávida leitora, e Alessandro Montessori, um funcionário público. Por conta do trabalho de Alessandro, a sua família se mudou para Roma quando Montessori tinha cinco anos, o que permitiu que ela tivesse acesso a uma educação de qualidade superior à que receberia na sua pequena província.

Entretanto, mesmo em Roma, a educação básica era muito limitada com professores mal remunerados e escassez de materiais escolares. Além disso, de acordo com Kramer (1976, p. 27-28): “Mesmo em escolas de uma cidade como Roma, o sistema educacional não era um sistema que fizesse muito para desenvolver jovens mentes ou encorajar a imaginação”. Foi na sua mãe intelectual, em vez da escola, que Montessori encontrou estímulos para a busca pelo conhecimento e para a sua formação moral e ética.

Ao concluir a educação básica, Montessori fez a incomum escolha de ir para uma escola técnica em vez das escolas clássicas para as quais as meninas costumavam ir. As escolas clássicas tinham um curso de cinco anos, com foco em Literatura e Línguas Clássicas, sendo voltados para a formação de professoras. As escolas técnicas, por sua vez, tinham um curso com duração de sete anos, tendo uma gama maior e mais variada de conteúdos, tais como História, Geografia, Aritmética, Geometria, Francês e Inglês (Saviani, 2019).

Montessori gostava de Matemática e insistiu em entrar em uma escola técnica. Inicialmente, ela queria se tornar engenheira, mas, ao fim do curso, mudou de planos e decidiu se tornar médica. A sua escolha de carreira foi recebida com resistência não apenas de muitos dos familiares de Montessori, como também de Guido Baccelli, professor de Medicina clínica da Universidade de Roma e membro da Câmara dos Deputados, com quem ela teve uma conversa sobre suas pretensões acadêmicas (Montessori, 1943; Kramer, 1976).

Apesar do desencorajamento de Baccelli, ainda determinada a se tornar uma médica, em 1890, Montessori registrou-se como aluna de Física, Matemática e Ciências Naturais na Universi-

dade de Roma, o primeiro passo necessário para a sua carreira na medicina. Ao terminar sua formação em 1892, ela recebeu um diploma que a tornava elegível para o curso de Medicina. No entanto, o seu gênero foi um fator que interferiu na sua aprovação. De acordo com Montessori, em uma entrevista dada em 1913 para o *The Evening Mail*, ela só conseguiu ser admitida porque o papa Leão soube da sua situação e intercedeu a seu favor, alegando que a medicina era uma profissão nobre para uma mulher.

Como a única mulher do seu curso, Montessori precisou suportar o deboche dos seus colegas que chutavam sua cadeira, faziam sons quando ela passava no corredor e não deixavam um lugar para que ela se sentasse no anfiteatro onde ocorriam demonstrações clínicas (Montessori; 1943). Essas reações de resistência à presença dela mostram como a exclusão histórica de mulheres de ambientes acadêmicos dificultou a trajetória das pioneiras que conseguiram se inserir nesses espaços. A sua luta não terminava quando elas conseguiam entrar no curso que queriam, pois elas ainda tinham que enfrentar a discriminação de gênero a seu redor para permanecerem nele (Chassot, 2004).

Superando esses obstáculos, Montessori conseguiu não apenas se manter no curso, como se destacar como aluna. O esperado de um estudante universitário daquela época era, simplesmente, que ele memorizasse o conteúdo das anotações das aulas e reproduzisse esse conhecimento nas suas avaliações (Saviani, 2019; Libâneo, 1994).

Muitos alunos contentavam-se em receber as anotações de outros estudantes e memorizá-las por conta própria. Montessori, entretanto, tinha altos níveis de assiduidade e demonstrava interesse em extrair o máximo de conhecimento possível das suas experiências acadêmicas. Ela logo começou a se destacar não pelo seu gênero, mas pelas suas ações, recebendo várias bolsas de estudo e prêmios ao longo do seu percurso acadêmico e adquirindo o respeito dos seus professores e colegas.

Nos dois últimos anos do seu curso, Montessori estudou Pediatria e Psiquiatria, trabalhando no Hospital das Crianças e fazendo a pesquisa para o seu trabalho de conclusão de curso na Clínica Psiquiátrica Regia. Em 1896, após apresentar o trabalho intitulado: “Uma contribuição clínica para os estudos de delírios de perseguição”, Montessori se tornou a primeira mulher a se formar em Medicina na Itália. Logo depois, ela foi empregada no Hospital São Giovanni, primeiro como assistente e depois como assistente cirúrgica. Mesmo com esse trabalho e com a sua prática particular,

ela ainda encontrava tempo para visitar a clínica psiquiátrica da sua antiga universidade para fazer pesquisa e, em 1897, passou a ser uma assistente voluntária da instituição.

Como assistente voluntária, uma das tarefas que ela recebeu foi a de ir para asilos encontrar pacientes para a clínica. Montessori se deparou, então, com o atendimento precário oferecido para as crianças com deficiência, conhecidas na época como “crianças idiotas”. Abandonadas nos asilos, elas não tinham brinquedos, visitas ou atividades para fazer. Elas simplesmente comiam, dormiam e brincavam com migalhas de alimentos. Conforme Lustosa (2017, p.218):

Montessori deu-se conta de que essas crianças com deficiência agiam de tal forma porque essa era a única opção que elas tinham para manipular naquele ambiente. A partir dessa experiência, inicia-se todo o acompanhamento educacional que embasa a pesquisadora em algumas de suas elaborações teóricas posteriores.

Para tentar ajudá-las, Montessori passou a estudá-las. Nas suas leituras a respeito do tema, ela foi muito influenciada pelos trabalhos de Marc-Gaspard Itard e Edouard Seguin. Itard era médico em uma instituição para surdos-mudos<sup>5</sup>, em 1800, que recebeu um menino de aproximadamente doze anos, que tinha sido encontrado em uma floresta e se mostrava incapaz de se comunicar. A opinião dos especialistas da época era que seria impossível educar aquela criança. Itard, todavia, acreditava que ela poderia ser educada com os estímulos certos e, quando os métodos usados para o ensino de “surdos-mudos” falharam, ele passou a desenvolver seus próprios métodos para o ensino do garoto. Segundo Pessotti (1984, p.30):

Suas ideias derivadas cristalinamente do Essay de Locke e da teoria da estátua de Condillac o sensibilizaram para as relações estreitas entre fonação e audição, linguagem e pensamento, percepção e abstração, cultura e inteligência, experiência e criação. Desse modo, não surpreende-se que tenha sido um dos grandes pioneiros da educação de surdos-mudos além de ser o pioneiro pedagogo da oligofrenia e teórico da educação especial de deficientes mentais.

Itard não conseguiu grande progresso com o caso do menino encontrado na floresta, que nunca foi capaz de aprender a se comunicar além de uma associação entre pegar as letras da palavra “leite” para receber leite. Ainda assim, o fato de ele conseguir ensinar alguém que os especialistas

---

<sup>5</sup> Terminologia da época que era, constantemente, utilizada por profissionais da área da saúde para se referir aos surdos. Atualmente, a nomenclatura está em desuso e é considerada pejorativa por pesquisadores e membros da comunidade surda, tendo em vista que nem todos os indivíduos surdos têm incapacidade de produzir a fala (Gesser, 2020).

consideravam impossível de ensinar mostrou a possibilidade da educação de outras crianças “impossíveis de ensinar”, como aquelas com deficiência intelectual.

Edouard Seguin era aluno de Itard. Assim como o seu mestre, ele acreditava na importância do reconhecimento da individualidade do aluno. No entanto, apesar de ser influenciado pelas ideias do seu mestre, ele tinha as suas próprias. Segundo Tezzari (2009, p.86):

Ele logo deixa de lado as premissas sensualistas de Itard e o confronto dos seus pontos de vista com aqueles do mestre auxiliam-no a destacar a importância das noções, que segundo Séguin, emergem do aluno por meio da experiência perceptiva direta (por exemplo: atividades de comparação de peso, de cores, de texturas entre objetos concretos).

Com essa proposta educacional, Seguin fundou uma escola bem-sucedida para “idiotas”. Em 1846, ele escreveu a importante obra: “O tratamento moral, a higiene e a educação dos idiotas e de outras crianças atrasadas”, que teve influência internacional nos métodos de educação de pessoas com deficiência intelectual.

Tendo lido sobre o trabalho de Itard e Seguin, Montessori chegou a uma conclusão que causou uma transformação na trajetória da sua carreira. De acordo com a pesquisadora, em seu relato autobiográfico: “Eu senti que a deficiência mental apresentava, primariamente, um problema de ordem pedagógica em vez de médica” (Montessori, 1952, p. 23).

Nesse sentido, é possível identificar que a perspectiva montessoriana sobre deficiência está em conformidade com os alicerces do paradigma da educação inclusiva, ao passo que, na perspectiva da autora, a gênese do fracasso escolar e da evasão não é centrado no indivíduo com deficiência, mas sim, no meio escolar e nas pessoas que não oportunizam as estratégias pedagógicas e recursos adequados para o desenvolvimento desses sujeitos. Em consonância com esse entendimento, conforme Mantoan (2003, p. 16): “As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”.

Montessori, após concluir que pessoas com deficiência poderiam desenvolver habilidades e compreender conhecimentos escolares, passou a estudar Educação. Entre 1897 e 1898, ela assistiu aulas de Pedagogia na Universidade de Roma e leu os principais trabalhos de teoria da educação publicados nos últimos dois séculos. Ela foi influenciada não apenas pelas ideias de Itard e Seguin sobre a Educação Especial, como pelas de Pestalozzi sobre as vantagens de uma educação que desse

liberdade e autonomia aos alunos, pelas de Froebel sobre a importância dos anos iniciais na formação de uma criança e pelas de antropólogos como o já citado Guiseppe Sergi sobre os princípios de uma nova civilização baseada na educação (Montessori, 1952).

Em 1898, Montessori foi convidada para o Congresso Nacional de Pedagogia para falar sobre a questão da educação como forma de conter a criminalidade. Esse debate foi impulsionado pelo assassinato da imperatriz austríaca Elizabeth, o terceiro assassinato seguido de um monarca cometido por um italiano, que fez a sociedade italiana se perguntar por que ela estava gerando esses criminosos (Kramer; 1976).

Nesse congresso, Montessori apresentou a visão de que um problema que estava contribuindo para a criminalidade na Itália era a falta de uma educação apropriada para aqueles que ela chamou alternadamente de “idiotas intelectuais”, “imbecis morais”, “deficientes”. Esse era um grupo que abrangia pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dificuldades de aprendizagem. Montessori defendeu que esses indivíduos não apenas podiam, como deviam ser educados desde cedo, para que não se tornassem completamente dependentes da sociedade ou criminosos. Ela argumentou que: “O idiota intelectual e o imbecil moral são capazes de ser educados e têm instintos que podem ser usados para guiá-los para o bem” (Montessori, 1898).

Ela discorreu sobre como os asilos não forneciam as condições apropriadas para que as crianças “idiotas” aprendessem mesmo as atividades mais básicas e como as escolas regulares acabavam muitas vezes expulsando aquelas que tinham condições de frequentá-las, e a sua proposta para a resolução desses problemas foi a criação de escolas e salas de aulas especiais para esses alunos. Os seus professores deveriam passar por um treinamento especializado e trabalhar em cooperação com um pediatra e um psiquiatra para determinar a melhor abordagem para cada criança.

Montessori detalhou a sua estratégia para a educação dessas crianças no congresso:

As crianças devem ser ocupadas da manhã até a noite sem ficarem cansadas demais ou serem isoladas. Primeiro, nós temos que ensinar as coisas mais simples - andar em uma linha reta até um ponto de chegada, usar o banheiro, usar uma colher - e então, nós tentamos fixar a atenção delas na percepção dos seus sentidos, levando-as para caminhadas no jardim, por exemplo, para estimular seus sentidos de visão e olfato através das flores de diferentes tamanhos, cores e perfumes. Ginástica para o treinamento dos seus músculos. Para o treinamento do seu tato, uma variedade de objetos de diferentes texturas, capazes de atrair a atenção delas e manter seu interesse. Uma vez que a educação dos sentidos esteja em progresso, nós podemos começar a verdadeira instrução. Nós podemos introduzir o alfabeto, não em um livro, mas em uma pequena mesa na qual as letras estejam em relevo, pintadas

com diferentes cores, que podem ser tocadas e traçadas com os dedos. Nós seguiremos gradualmente com a instrução manual e, eventualmente, com a educação moral, o objetivo final do cientista, assim como do filantropo (Montessori, 1898).

Veem-se nessas ideias as influências teóricas adquiridas nas suas leituras sobre educação, colocadas em um plano prático, que ela defendeu com o seguinte argumento: “Ninguém que falhe em apoiar esse programa tem o direito de ser chamado de uma pessoa civilizada na atualidade; não é um sentimento ou retórica, mas sanidade e ciência” (Montessori, 1898). Ao fim do seu discurso, ela foi ovacionada pela sua audiência de professores, que unanimemente aprovou propor para o ministro da educação o seu plano de formação de escolas e classes especiais.

Hoje, com o paradigma da inclusão escolar, sabe-se que é possível ter alunos com diferentes necessidades na sala de aula e fazer flexibilizações nesse espaço para eles, assim como sabe-se que a presença desses alunos pode ser uma contribuição formativa para as outras crianças, como também para os professores que acolhem esses indivíduos (Mantoan, 2003; Carvalho, 2016).

Apesar disso, a visão de Montessori era inovadora e benéfica para crianças com deficiência dentro do contexto social do seu tempo. O argumento de que essas escolas impediriam “idiotas” de depender da sociedade ou se tornarem criminosos, que pode ser considerado ofensivo nos parâmetros atuais, era um avanço em relação à ideia comum de que a improdutividade ou criminalidade desses indivíduos era uma consequência inevitável da sua natureza biológica em vez do resultado da negligência da sociedade em relação a eles.

Em 1898, foi formado um comitê chamado de “Liga Nacional para a Educação das Crianças Retardadas” para obter fundos e apoio popular para a formação de uma escola especial em Roma. Montessori, uma representante da liga, passou a dar várias palestras pela Europa. Ela se tornou uma figura muito conhecida, o que ajudou na popularização das suas ideias para o treinamento de professores para a educação especial.

Nessas viagens, Montessori também fez visitas aos hospitais, clínicas, sanatórios e faculdades, visando obter informações que fossem úteis para o estabelecimento da escola da Liga, da qual ela se tornou um membro dirigente em 1899.

Em 1900, essa escola foi fundada, com 22 alunos, e Montessori foi escolhida como a sua diretora. A instituição, chamada de Escola Ortofrênica, não servia apenas como escola, mas como lugar de observação e treinamento para professores da educação especial, com a ajuda de um time

de pediatras e psiquiatras. Por dois anos, Montessori se dedicou integralmente à escola, dando aulas e dirigindo os outros professores durante o dia, escrevendo suas observações e lendo materiais sobre educação especial durante à noite. Ela conseguiu obter resultados muito além das expectativas da época.

Uma parte dos seus alunos conseguiu aprender a ler, escrever e até mesmo passar nos exames da educação básica que eram aplicados em alunos das escolas regulares. Esses resultados levaram Montessori a se perguntar se as crianças de escolas regulares estavam recebendo uma educação apropriada, visto que algumas delas falharam em testes nos quais os seus alunos tinham sido capazes de passar.

Enquanto todo mundo estava admirando o progresso dos meus idiotas, eu estava procurando as razões que podiam manter crianças saudáveis e felizes de escolas normais em um patamar tão baixo que eles podiam ser igualados em testes de inteligência pelos meus pobres pupilos (Montessori, 1952, p.38 - 39).

Após esses dois anos, ela deixou a escola, porém não deixou o aprendizado que tinha obtido a partir dessas experiências. Em 1907, quando fundou a Casa da Criança, uma escola regular, ela trouxe os métodos e materiais que tinha desenvolvido na Escola Ortofrênica para testar como eles funcionariam naquele contexto, mantendo apenas aqueles que conseguiam manter as crianças interessadas. Em meio aos seus experimentos, ela reparou que crianças tinham a capacidade de aprender por conta própria desde que estivessem em um ambiente que estimulasse seu desenvolvimento natural, um conceito que ela chamou de “autoeducação”.

Em 1909, ela publicou o livro “Método Montessori”, o resultado de toda a pesquisa e todo o trabalho que ela fez na Educação Especial e depois na educação regular. Esse livro, que é uma referência mundial na Educação e utilizado até hoje, traz as ideias dela sobre uma educação que estimule os sentidos da criança e reconheça a autonomia e individualidade delas. Como disse Aranha (1989, p.205), o Método Montessori é:

[...] ativo, pois dá a importância ao trabalho: as crianças devem cuidar da própria higiene e da limpeza das salas. Empenha-se na individualização do ensino, estimulando a atividade livre concentrada e o princípio da autoeducação. A atenção ao ritmo próprio de cada criança não se contrapõe à socialização, mas deve facilitar a integração no grupo.

Embora a própria Montessori tenha proposto no início da sua carreira pedagógica a separação entre crianças “anormais” e crianças “regulares”, é possível identificar um potencial para a inclusão nesse método, visto que ele foi inicialmente elaborado para favorecer o processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças com deficiência. Ademais, conforme Lima (2005, p.72.): “Os professores montessorianos são preparados para as necessidades de cada um, entendendo que o aprender possui diferentes estruturas, ritmos e potenciais”. Assim, para um professor montessoriano, lidar com as particularidades de alunos com deficiência, transtornos ou dificuldades de aprendizagem é parte do processo de lidar com as particularidades de cada aluno. O aluno não precisa ser excluído pela sua diferença quando se considera que todos os alunos são diferentes.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar elementos para uma interseção entre o fazer pedagógico, clínico e a pesquisa no cotidiano das pessoas com deficiência é buscar entender as inúmeras contribuições de profissionais pesquisadores e estudiosos na busca do desenvolvimento de todos. Nesse todos se incluem, principalmente, as pessoas com deficiências que foram/são excluídas das práticas sociais estabelecidas pela sociedade. Uma das pessoas que oportunizou à sociedade repensar suas práticas no processo de aprendizagem das crianças com deficiência foi a médica e educadora italiana Maria Montessori.

Nesse sentido, as reflexões ora apresentadas neste estudo proporcionaram algumas conclusões, tais como: O quão foi determinante a conquista desse espaço, clínico e social, conquistado por Montessori. Essa oportunidade de ser vista e ouvida dentro de um ambiente formal dominado pelo gênero masculino, possibilitou mostrar à sociedade que os caminhos da ciência não têm gênero, questionando o acesso aos direitos sociais e políticos para todos. Outro ponto relevante foi a escolha dos seus estudos científicos e empíricos abordando as pessoas com deficiência, surdas e neurodiversas. Destaca-se que a referida pesquisadora defendeu o desenvolvimento cognitivo das crianças com deficiência, principalmente enfocando o lado pedagógico, o direito de todos aprenderem. Conclui-se que essa posição de Montessori, por meio de fatos empíricos, oportunizou um novo olhar para o processo de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência.

Diante disso, evidencia-se a importância de os profissionais da educação absorverem de forma reflexiva o legado de Maria Montessori, acerca dos processos de aprendizagem das pessoas com deficiência. Realizar reflexões dos estudos, das mediações e dos procedimentos deixados por

essa médica italiana oportunizará desenvolver o ensino para todos, principalmente às pessoas com deficiência em práticas sociais que o possibilite caminhar com autonomia.

## REFERÊNCIAS

Aranha, M. L. de A. (1989). *História da Educação*. (1a ed.). São Paulo: Moderna.

Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. (2a ed.). Rio de Janeiro: LTC.

Carvalho, R. E. (2016). A instituição/escola de educação especial na perspectiva inclusiva: desenho contemporâneo. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, 3(1), 3-13.

Chassot, A. (2004). A ciência é machista? É sim, senhora! *Revista Contexto em Educação*, 19(71), 9-28.

Gesser, A. (2020). *Libras, que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo, Parábola.

Gil, A.C. (2002). *Como elaborar projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Kramer, R. (1976). *Maria Montessori: a biography*. [s.l.]: Capricorn Books.

Lima, E. (2005). *O exercício da autonomia*. In Coleção Memória da Pedagogia, Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Segmento-Duetto, 3(3), p. 70.

Libâneo, J. C. (1994). *Didática*. São Paulo: Cortez.

Lustosa, F. G. (2017). Maria Montessori e seu legado teórico para a Educação Especial: uma vida dedicada às crianças. In F. G. Lustosa, & F. Bomfim (Orgs.). *Diversidade, diferença e deficiência: análise histórica e narrativas cinematográficas*. Fortaleza: Edições UFC, 209-235.

Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo, Moderna.

O'Donnell, M. (2007). *Maria Montessori*. New York, Bloomsbury Academic.

Perrenoud, P. A. (2001). *A Pedagogia na Escola das Diferenças: Fragmentos de uma sociologia do fracasso*. Porto Alegre, Artmed Editora.

Pessotti, I. (1984). *Deficiência Mental: da superstição à ciência*. São Paulo: T. A. Queiroz.

Saviani, D. (2019). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. (5a ed.). Campinas, Autores Associados.

Schiebinger, L. (1989). *The Mind Has No Sex? Women in the Origins of Modern Science*. Harvard University Press, Cambridge.

Tezzari, M. L. (2009). Educação Especial e Ação Docente: da medicina à educação. [Tese de Doutorado – UFRGS]. Porto Alegre. Cap. 5 e 6.

Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso.